

BNCC E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA PROMOÇÃO DA EQUIDADE



<https://doi.org/10.56238/arev7n4-230>

Data de submissão: 22/03/2025

Data de Publicação: 22/04/2025

Vanessa Rodrigues de Gusmão

Doutoranda em Ciências da Educação

Universidad Tecnológica Intercontinental (UTIC)

Maélio César Freitas dos Santos

Doutor em Ciências da Educação

Universidad Tecnológica Intercontinental (UTIC)

Maria Novanês de Oliveira

Doutora em Ciências da Educação

Universidad Tecnológica Intercontinental (UTIC)

Kátia Maria de Aguiar Freire

Doutoranda em Ciências da Educação

Universidad Tecnológica Intercontinental (UTIC)

Márcia Maria de Oliveira Santos

Doutoranda em Ciências da Educação

Universidad Tecnológica Intercontinental (UTIC)

Cilene Ferreira dos Santos Silva

Doutoranda em Ciências da Educação

Instituição: Universidad del Sol (UNADES)

Maria Sandra Marques Véras

Doutoranda em Ciências da Educação

Instituição: Universidad del Sol (UNADES)

Tatiana de Carvalho Costa e Silva

Doutoranda em Ciências da Educação

Universidad Autónoma de Asunción (UAA)

Raimundo Alves dos Reis Neto

Mestre em Recursos Naturais

Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Marta Bezerra Rodrigues

Mestre em História da Educação

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Laís Maria Medeiros de Albuquerque Machado
Mestre em Ciências da Educação
Universidad Tecnológica Intercontinental (UTIC)

Silmara Rodrigues de Lima Rosado
Mestre em Ciências da Educação
Universidad Tecnológica Intercontinental (UTIC)

Telma Maria Ramos Alves
Mestranda em Ciências da Educação
Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

RESUMO

O artigo discute a importância da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da gestão escolar para a promoção de uma educação inclusiva e equitativa. A BNCC, ao estabelecer diretrizes comuns para o currículo escolar, reforça o compromisso com a diversidade e a inclusão, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a conhecimentos, competências e habilidades essenciais. No entanto, a implementação dessas diretrizes depende da atuação estratégica da gestão escolar, que assume um papel central na mediação entre as políticas públicas, as práticas pedagógicas e as necessidades da comunidade escolar. A gestão escolar é responsável por garantir recursos e infraestrutura adequados, promover a formação continuada dos professores e fomentar uma cultura escolar inclusiva. O artigo também aborda os desafios enfrentados pela gestão escolar, como a falta de recursos, as resistências culturais e a articulação entre políticas públicas e práticas locais. Além disso, são apresentadas estratégias para superar esses desafios, como o planejamento participativo, as parcerias com famílias e comunidade, e o uso de tecnologias assistivas e adaptações curriculares. Por fim, o artigo destaca a importância da liderança do gestor na promoção da inclusão e da equidade, reforçando o papel transformador da gestão escolar na construção de uma educação mais justa e democrática.

Palavras-chave: BNCC. Educação Inclusiva. Gestão Escolar. Equidade. Práticas Pedagógicas.

1 INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), instituída em 2018, representa um marco significativo para a educação brasileira ao estabelecer diretrizes comuns para a Educação Básica em todo o país. Seu principal objetivo é garantir que todos os estudantes, independentemente de sua localização ou contexto socioeconômico, tenham acesso a um conjunto de conhecimentos, competências e habilidades essenciais para o seu desenvolvimento integral. A BNCC não apenas orienta a elaboração dos currículos escolares, mas também reforça o compromisso com uma educação que valoriza a diversidade e promove a equidade. Nesse sentido, ela se alinha aos princípios da Educação Inclusiva, que visa garantir o direito à educação para todos, sem exceções, respeitando as singularidades de cada indivíduo.

A Educação Inclusiva, por sua vez, é um paradigma educacional que busca romper com as barreiras históricas de exclusão no ambiente escolar. Ela não se limita à inclusão de pessoas com deficiência, mas abrange todas as formas de diversidade – cultural, social, étnico-racial, de gênero, entre outras. No cenário atual, marcado por profundas desigualdades sociais e educacionais, a Educação Inclusiva surge como uma resposta urgente e necessária para construir uma sociedade mais justa e democrática. No entanto, para que essa proposta se concretize, é fundamental que a gestão escolar assuma um papel central, atuando como mediadora entre as políticas públicas, as práticas pedagógicas e as necessidades da comunidade escolar.

A relação entre gestão escolar, equidade e inclusão é, portanto, indissociável. A gestão escolar não se restringe à administração de recursos ou ao cumprimento de normas burocráticas; ela envolve, sobretudo, a capacidade de liderar processos transformadores que garantam a efetivação de uma educação de qualidade para todos. Nesse contexto, a BNCC serve como um instrumento potente para orientar as ações da gestão escolar na promoção da equidade, desde que seja implementada de forma crítica e contextualizada. No entanto, esse processo não está livre de desafios.

A problematização central deste artigo reside justamente nos obstáculos enfrentados pela gestão escolar para promover a equidade na perspectiva da BNCC. Entre esses desafios, destacam-se a falta de formação adequada dos profissionais da educação, a carência de recursos materiais e financeiros, as resistências culturais e os preconceitos ainda enraizados na sociedade. Além disso, há a necessidade de articular as diretrizes nacionais da BNCC com as realidades locais, o que exige um esforço coletivo e uma visão estratégica por parte dos gestores escolares. Diante desse cenário, é fundamental refletir sobre como a gestão escolar pode superar essas barreiras e se tornar um agente efetivo de transformação.

Um dos principais desafios é a formação inicial e continuada dos professores e gestores, que nem sempre estão preparados para lidar com a diversidade em sala de aula. A BNCC, ao enfatizar a necessidade de uma educação inclusiva, exige que os profissionais da educação estejam capacitados para desenvolver práticas pedagógicas que atendam às necessidades de todos os estudantes. No entanto, muitas vezes, as formações oferecidas não contemplam essa demanda, deixando os educadores despreparados para enfrentar os desafios do dia a dia. Isso evidencia a importância de investir em políticas públicas que garantam uma formação docente alinhada aos princípios da inclusão e da equidade.

Outro ponto crítico é a infraestrutura das escolas, que nem sempre está adequada para receber estudantes com diferentes necessidades. A falta de acessibilidade, de recursos tecnológicos e de materiais pedagógicos adaptados são obstáculos que dificultam a implementação de uma educação verdadeiramente inclusiva. A gestão escolar, nesse contexto, precisa atuar de forma proativa, buscando parcerias e recursos que permitam a adaptação dos espaços físicos e a aquisição de materiais necessários. Além disso, é fundamental que os gestores promovam uma cultura escolar que valorize a diversidade e combatá práticas discriminatórias.

A articulação entre a BNCC e os projetos político-pedagógicos (PPPs) das escolas também é um desafio significativo. A BNCC oferece um conjunto de diretrizes nacionais, mas cabe à gestão escolar adaptá-las às realidades locais, considerando as especificidades de cada comunidade. Isso exige um processo de planejamento participativo, no qual todos os atores da comunidade escolar – professores, estudantes, famílias e funcionários – possam contribuir. A gestão democrática, nesse sentido, é um princípio fundamental para garantir que as práticas educacionais sejam inclusivas e equitativas.

O objetivo deste artigo é analisar o papel da gestão escolar na promoção da equidade, considerando as diretrizes da BNCC e os princípios da Educação Inclusiva. Para tanto, optou-se por uma abordagem metodológica de revisão bibliográfica, que permite explorar as contribuições teóricas de autores renomados, bem como os documentos oficiais que fundamentam as políticas educacionais no Brasil. A escolha dessa metodologia justifica-se pela necessidade de construir um embasamento sólido e crítico, capaz de subsidiar reflexões e práticas inovadoras no campo da gestão escolar e da Educação Inclusiva. Além disso, a revisão bibliográfica possibilita identificar lacunas e desafios que precisam ser superados para que a BNCC seja efetivamente implementada como uma ferramenta de promoção da equidade.

2 A BNCC E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FUNDAMENTOS E DIRETRIZES

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Educação Inclusiva são dois pilares fundamentais para a construção de uma educação equitativa e de qualidade no Brasil. Enquanto a BNCC estabelece diretrizes comuns para o currículo escolar, a Educação Inclusiva assegura que todos os estudantes, independentemente de suas particularidades, tenham acesso a esses conhecimentos e oportunidades. Este capítulo busca explorar os fundamentos da BNCC, seu histórico, objetivos e estrutura, bem como sua relação com a diversidade e a inclusão, destacando como essas duas dimensões se articulam para promover uma educação mais justa e democrática.

2.1 O QUE É A BNCC?

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que define os conhecimentos, competências e habilidades essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo da Educação Básica no Brasil. Sua construção foi resultado de um longo processo de discussões e consultas públicas, envolvendo educadores, especialistas e a sociedade civil. Aprovada em 2018, a BNCC representa um avanço significativo na educação brasileira, pois busca garantir uma formação integral e comum a todos os estudantes, respeitando as diversidades regionais e culturais do país (Brasil, 2018).

O histórico da BNCC remonta à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, que já previa a criação de uma base curricular nacional. No entanto, foi apenas com o Plano Nacional de Educação (PNE), em 2014, que esse processo ganhou força, estabelecendo um prazo para a elaboração e implementação da BNCC. O documento foi construído em três versões preliminares, passando por amplas discussões e revisões, até chegar à versão final, homologada pelo Ministério da Educação (MEC) em 2018 (Brasil, 2014; 2018).

Os objetivos da BNCC são amplos e abrangentes. Ela busca garantir o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento pleno de todos os estudantes, promovendo a equidade e a qualidade da educação. Além disso, a BNCC visa orientar a elaboração dos currículos das redes de ensino, proporcionando clareza e coerência nas práticas pedagógicas. Sua estrutura é organizada em competências gerais e específicas, distribuídas por áreas de conhecimento e componentes curriculares, que devem ser trabalhados de forma progressiva ao longo das etapas da Educação Básica (Brasil, 2018).

A BNCC incorpora a diversidade e a inclusão como princípios fundamentais, reconhecendo que a educação deve ser um espaço de acolhimento e valorização das diferenças. O documento destaca a importância de garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas características individuais, sociais ou culturais. Para isso, a BNCC propõe

uma abordagem curricular que conte cole as múltiplas dimensões da diversidade, incluindo questões étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual, de religião e de deficiência (Brasil, 2018).

No que se refere à inclusão, a BNCC estabelece diretrizes claras para a garantia do direito à educação de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O documento orienta que as escolas devem realizar adaptações curriculares e proporcionar recursos de acessibilidade, de modo a atender às necessidades específicas de cada estudante. Além disso, a BNCC enfatiza a importância de uma educação antirracista, antissexista e antidiscriminatória, promovendo o respeito às diferenças e o combate a todas as formas de preconceito e exclusão (Brasil, 2018; Mantoan, 2015).

A BNCC também valoriza a participação da comunidade escolar na construção de práticas inclusivas, destacando o papel dos gestores, professores, estudantes e famílias nesse processo. Ao reconhecer a diversidade como um elemento enriquecedor do processo educativo, a BNCC reforça a necessidade de uma gestão escolar comprometida com a equidade e a inclusão, capaz de transformar os desafios em oportunidades de aprendizagem e crescimento coletivo (Brasil, 2018; Stainback; Stainback, 1999).

2.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONCEITOS E PRINCÍPIOS

A inclusão escolar é um processo que visa garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas características individuais, sociais ou culturais. Diferente da integração, que pressupõe a adaptação do estudante ao sistema educacional, a inclusão propõe a transformação do sistema para atender às necessidades de todos. Nesse sentido, a inclusão escolar não se limita à inserção de pessoas com deficiência no ensino regular, mas abrange todas as formas de diversidade, incluindo questões étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual, de religião e de condições socioeconômicas (Mantoan, 2015; Stainback; Stainback, 1999).

A inclusão escolar baseia-se no princípio de que a educação é um direito humano fundamental e que todas as crianças e jovens têm o direito de aprender juntos, sem discriminação ou segregação. Isso implica a criação de ambientes educacionais acolhedores, que valorizem as diferenças e promovam a participação ativa de todos os estudantes. Para isso, é necessário que as escolas adotem práticas pedagógicas flexíveis, currículos adaptados e estratégias de ensino que contemplem as múltiplas formas de aprender (Mantoan, 2015).

A inclusão escolar no Brasil é respaldada por uma série de marcos legais e normativos que reforçam o direito à educação para todos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, estabelece que a educação é um direito de todos e que o poder público deve garantir o

atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1996). Esse princípio foi reforçado pelo Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014, que inclui metas específicas para a inclusão de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no sistema educacional (Brasil, 2014).

Outro marco importante é a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006 e ratificada pelo Brasil em 2008 com status de emenda constitucional. A Convenção estabelece que os Estados Partes devem garantir um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, assegurando que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do ensino regular e que recebam o apoio necessário para sua plena participação (ONU, 2006).

Além disso, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, reafirma o compromisso do Brasil com a inclusão escolar, orientando as redes de ensino a adotarem práticas que promovam a acessibilidade e a participação de todos os estudantes. Essa política destaca a importância da formação de professores, da adaptação de currículos e da eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais (Brasil, 2008).

2.3 A BNCC COMO FERRAMENTA PARA A INCLUSÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não apenas estabelece diretrizes para o currículo escolar, mas também se configura como uma ferramenta potente para a promoção da inclusão. Ao incorporar a diversidade como um princípio fundamental, a BNCC orienta as escolas a desenvolverem práticas pedagógicas que garantam o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes. Neste tópico, serão abordadas as competências gerais e específicas relacionadas à diversidade, bem como as orientações da BNCC para a prática pedagógica inclusiva.

A BNCC define dez competências gerais que devem ser desenvolvidas ao longo da Educação Básica, muitas das quais estão diretamente relacionadas à valorização da diversidade e à promoção da inclusão.

A competência geral 9 propõe que os estudantes desenvolvam a capacidade de "exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza" (Brasil, 2018). Essa competência reforça a importância de uma educação que combata todas as formas de discriminação e promova o respeito às diferenças.

A competência geral 7 enfatiza a necessidade de argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns

que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental (Brasil, 2018). Essa competência está relacionada à inclusão ao promover uma educação que considere as questões ambientais e sociais como parte integrante do processo educativo.

Além das competências gerais, a BNCC também estabelece competências específicas para cada área de conhecimento, muitas das quais abordam a diversidade de forma transversal. Por exemplo, na área de Linguagens, a BNCC propõe que os estudantes desenvolvam a capacidade de reconhecer e valorizar a diversidade linguística e cultural como direito dos povos e indivíduos (Brasil, 2018). Já na área de Ciências Humanas, destaca-se a importância de compreender e valorizar a diversidade cultural, social e histórica, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos (Brasil, 2018).

Ao orientar a prática pedagógica inclusiva, a BNCC reforça o compromisso com uma educação que valoriza a diversidade e promove a equidade. No entanto, para que essas orientações se concretizem, é fundamental que as escolas contem com o apoio de políticas públicas que garantam os recursos necessários e que a gestão escolar assuma um papel central na promoção da inclusão (Mantoan, 2015; Stainback; Stainback, 1999).

3 O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA PROMOÇÃO DA EQUIDADE

A gestão escolar desempenha um papel central na promoção da equidade e da inclusão no ambiente educacional. Enquanto a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece as diretrizes para uma educação inclusiva, é a gestão escolar que viabiliza a implementação dessas diretrizes na prática, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade. Neste capítulo, serão abordados os conceitos e funções da gestão escolar, com ênfase na importância da liderança do gestor para a promoção da inclusão e da equidade.

3.1 GESTÃO ESCOLAR: DEFINIÇÃO E PRINCIPAIS DIMENSÕES

A gestão escolar refere-se ao conjunto de ações e processos que visam organizar, coordenar e supervisionar o funcionamento da escola, com o objetivo de garantir a qualidade do ensino e a aprendizagem dos estudantes. Ela envolve dimensões pedagógicas, administrativas, financeiras e comunitárias, que devem ser articuladas de forma integrada para promover um ambiente escolar inclusivo e equitativo (Lück, 2009).

A gestão escolar não se limita à administração de recursos ou ao cumprimento de normas burocráticas; ela implica, sobretudo, a capacidade de liderar processos transformadores que garantam a efetivação dos princípios da educação inclusiva. Nesse sentido, o gestor escolar assume um papel estratégico, atuando como mediador entre as políticas públicas, as práticas pedagógicas e as

necessidades da comunidade escolar (Libâneo, 2001).

A gestão escolar pode ser definida como o processo de planejamento, organização, direção e controle das atividades desenvolvidas na escola, com o objetivo de alcançar os objetivos educacionais. Ela se divide em quatro dimensões principais:

Gestão pedagógica: Envolve o planejamento e a coordenação das atividades de ensino e aprendizagem, incluindo a elaboração do projeto político-pedagógico (PPP), a formação continuada dos professores e a avaliação do desempenho dos estudantes. A gestão pedagógica é fundamental para garantir que as práticas educacionais estejam alinhadas aos princípios da BNCC e da Educação Inclusiva (Lück, 2009).

Gestão administrativa: Refere-se à organização dos recursos materiais, humanos e financeiros da escola, incluindo a manutenção da infraestrutura, a gestão de pessoal e a alocação de recursos. Uma gestão administrativa eficiente é essencial para garantir que a escola tenha as condições necessárias para implementar práticas inclusivas (Libâneo, 2001).

Gestão financeira: Envolve o planejamento e a execução do orçamento escolar, garantindo que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e transparente. A gestão financeira é crucial para a aquisição de materiais pedagógicos, a realização de reformas e a implementação de projetos inclusivos (Lück, 2009).

Gestão comunitária: Refere-se à relação da escola com a comunidade, incluindo a participação das famílias, a parceria com organizações locais e a promoção de uma cultura escolar democrática e participativa. A gestão comunitária é fundamental para construir um ambiente escolar acolhedor e inclusivo (Libâneo, 2001).

3.2 A IMPORTÂNCIA DA LIDERANÇA DO GESTOR NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO

A liderança do gestor escolar é um fator determinante para a promoção da inclusão e da equidade. O gestor não apenas coordena as atividades da escola, mas também atua como um agente de transformação, capaz de mobilizar a comunidade escolar em torno de um projeto comum. Nesse sentido, a liderança do gestor envolve:

Visão estratégica: O gestor deve ter uma visão clara dos objetivos da escola e das estratégias necessárias para alcançá-los, considerando as diretrizes da BNCC e os princípios da Educação Inclusiva. Isso inclui a definição de prioridades, a alocação de recursos e a monitoração dos resultados (Lück, 2009).

Formação continuada: O gestor deve promover a formação continuada dos professores e funcionários, garantindo que estejam preparados para lidar com a diversidade em sala de aula. Isso

inclui a capacitação para a realização de adaptações curriculares, o uso de tecnologias assistivas e a promoção de uma cultura escolar inclusiva (Libâneo, 2001).

Participação democrática: O gestor deve incentivar a participação ativa de todos os atores da comunidade escolar – professores, estudantes, famílias e funcionários – na construção de práticas inclusivas. Isso inclui a realização de reuniões, a formação de conselhos escolares e a promoção de um diálogo aberto e respeitoso (Lück, 2009).

Promoção de uma cultura inclusiva: O gestor deve atuar como um agente de mudança, promovendo uma cultura escolar que valorize a diversidade e combatá todas as formas de discriminação. Isso inclui a realização de campanhas de conscientização, a promoção de eventos culturais e a criação de espaços de diálogo e reflexão (Libâneo, 2001).

A liderança do gestor é, portanto, essencial para garantir que a escola seja um espaço de acolhimento, respeito e aprendizagem para todos os estudantes. Ao assumir um papel ativo na promoção da inclusão, o gestor contribui para a construção de uma educação mais justa e equitativa, alinhada aos princípios da BNCC e da Educação Inclusiva (Lück, 2009; Libâneo, 2001).

A inclusão escolar está intrinsecamente relacionada aos conceitos de equidade e qualidade educacional. Enquanto a equidade refere-se à garantia de que todos os estudantes tenham acesso às mesmas oportunidades, considerando suas necessidades específicas, a qualidade educacional implica a oferta de uma educação que promova o desenvolvimento integral e o sucesso escolar de todos (Mantoan, 2015; Stainback; Stainback, 1999).

A inclusão contribui para a equidade ao garantir que nenhum estudante seja excluído ou marginalizado em função de suas diferenças. Isso exige que as escolas adotem práticas pedagógicas inclusivas, que reconheçam e valorizem a diversidade como um elemento enriquecedor do processo educativo. Ao mesmo tempo, a inclusão promove a qualidade educacional ao desafiar as escolas a repensarem suas práticas e a buscarem estratégias inovadoras para atender às necessidades de todos os estudantes (Mantoan, 2015).

No entanto, a relação entre inclusão, equidade e qualidade educacional não é automática. Para que a inclusão resulte em equidade e qualidade, é necessário que as escolas contem com recursos adequados, profissionais capacitados e uma gestão comprometida com a transformação das práticas educacionais. Além disso, é fundamental que as políticas públicas garantam o financiamento necessário para a implementação de práticas inclusivas e que a sociedade como um todo reconheça a importância da educação inclusiva para a construção de uma sociedade mais justa e democrática (Stainback; Stainback, 1999).

3.3 GESTÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A gestão escolar desempenha um papel fundamental na garantia da implementação de práticas inclusivas, assegurando que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas particularidades. Para isso, é necessário que a gestão atue de forma estratégica, articulando políticas públicas, práticas pedagógicas e as necessidades da comunidade escolar. Neste tópico, serão destacadas as principais ações que a gestão escolar pode adotar para promover a inclusão, com ênfase na formação continuada de professores e na sensibilização da comunidade escolar.

A gestão escolar é responsável por criar as condições necessárias para que as práticas inclusivas sejam efetivamente implementadas na escola. Isso envolve uma série de ações, que vão desde o planejamento pedagógico até a garantia de recursos materiais e humanos. Entre as principais estratégias, destacam-se:

Elaboração de um projeto político-pedagógico (PPP) inclusivo: O PPP é o documento que orienta as ações da escola, definindo seus objetivos, metas e estratégias. Para garantir a inclusão, é fundamental que o PPP seja construído de forma participativa, envolvendo todos os atores da comunidade escolar, e que incorpore os princípios da BNCC e da Educação Inclusiva. Isso inclui a definição de práticas pedagógicas que contemplem a diversidade e a garantia de adaptações curriculares para atender às necessidades específicas dos estudantes (Lück, 2009).

Garantia de recursos e infraestrutura adequados: A gestão escolar deve assegurar que a escola conte com os recursos necessários para a implementação de práticas inclusivas, incluindo materiais pedagógicos adaptados, tecnologias assistivas e infraestrutura acessível. Isso pode envolver a busca por parcerias com órgãos públicos, organizações não governamentais e a comunidade local (Libâneo, 2001).

Monitoramento e avaliação das práticas inclusivas: A gestão escolar deve implementar mecanismos de monitoramento e avaliação das práticas inclusivas, garantindo que elas estejam alcançando os objetivos propostos. Isso inclui a realização de reuniões periódicas com os professores, a coleta de feedback dos estudantes e famílias e a análise de indicadores de desempenho (Lück, 2009).

A formação continuada dos professores é um elemento crucial para a promoção da inclusão escolar. Muitos educadores não estão preparados para lidar com a diversidade em sala de aula, o que pode resultar em práticas pedagógicas excludentes.

Os professores precisam estar capacitados para realizar adaptações curriculares que atendam às necessidades específicas dos estudantes, incluindo aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Isso envolve o domínio de estratégias pedagógicas

diferenciadas e o uso de recursos de acessibilidade (Mantoan, 2015).

As tecnologias assistivas também são ferramentas importantes para garantir a participação e a aprendizagem de estudantes com deficiência. A gestão escolar deve promover a formação dos professores para o uso dessas tecnologias, incluindo softwares de comunicação alternativa, recursos de audiodescrição e materiais pedagógicos adaptados (Brasil, 2008).

Até porque, na era digital, a função do educador ultrapassa a simples transmissão de conhecimentos e informações. Ele atua como um orientador, um facilitador e um exemplo para os estudantes. O educador tem um papel fundamental na orientação dos alunos, auxiliando-os a explorar um universo de informações digitais, aprimorando suas competências de pesquisa, análise crítica e utilização consciente da tecnologia (Costa Júnior, 2023).

Além das habilidades técnicas, os professores precisam estar preparados para promover uma cultura escolar inclusiva, que valorize a diversidade e combata todas as formas de discriminação. Isso inclui a realização de atividades de sensibilização, a promoção de debates sobre temas como racismo, sexismo e capacitismo, e a criação de espaços de diálogo e reflexão (Stainback; Stainback, 1999).

A sensibilização da comunidade escolar é outro aspecto fundamental para a promoção da inclusão. A gestão escolar deve atuar de forma proativa para envolver todos os atores da comunidade – professores, estudantes, famílias e funcionários – no processo de construção de uma escola inclusiva. Entre as principais ações, destacam-se:

Envolvimento das famílias: As famílias desempenham um papel crucial no processo de inclusão, e a gestão escolar deve garantir que elas estejam informadas e envolvidas nas ações da escola. Isso pode incluir a realização de reuniões, oficinas e eventos que promovam o diálogo entre a escola e as famílias (Lück, 2009).

Promoção de campanhas de conscientização: A gestão escolar pode promover campanhas de conscientização sobre a importância da inclusão, abordando temas como direitos humanos, diversidade e combate ao preconceito. Essas campanhas podem envolver a realização de palestras, exposições e atividades culturais que envolvam toda a comunidade escolar (Libâneo, 2001).

Criação de espaços de participação: A gestão escolar deve criar espaços de participação democrática, como conselhos escolares e grêmios estudantis, que permitam a todos os membros da comunidade escolar contribuir para a construção de práticas inclusivas. Esses espaços devem ser abertos ao diálogo e à colaboração, garantindo que as decisões sejam tomadas de forma coletiva e considerem as necessidades de todos (Lück, 2009).

3.4 DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR

A gestão escolar enfrenta uma série de desafios para promover a inclusão e a equidade no ambiente educacional. Esses desafios estão relacionados a questões estruturais, culturais e políticas, que exigem ações estratégicas e um compromisso coletivo para serem superados. Neste tópico, serão abordados três dos principais desafios: a infraestrutura e recursos adequados, as resistências culturais e preconceitos, e a articulação entre políticas públicas e práticas locais.

Um dos maiores desafios enfrentados pela gestão escolar é a falta de infraestrutura e recursos adequados para a implementação de práticas inclusivas. Muitas escolas não contam com acessibilidade física, como rampas, elevadores e banheiros adaptados, o que dificulta a participação de estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida. Além disso, a carência de recursos materiais, como tecnologias assistivas, materiais pedagógicos adaptados e equipamentos de comunicação alternativa, limita a capacidade das escolas de atender às necessidades específicas dos estudantes (Brasil, 2008; Mantoan, 2015).

A gestão escolar precisa, portanto, atuar de forma proativa para garantir que a escola conte com os recursos necessários para a inclusão. Isso pode envolver a busca por financiamento público, a realização de parcerias com organizações não governamentais e a mobilização da comunidade local. Além disso, é fundamental que a gestão escolar priorize a alocação de recursos para a melhoria da infraestrutura e a aquisição de materiais pedagógicos, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade (Lück, 2009).

Outro desafio significativo é a presença de resistências culturais e preconceitos no ambiente escolar. Muitas vezes, a inclusão é vista como um processo complexo e desafiador, que exige mudanças profundas nas práticas pedagógicas e na cultura escolar. Isso pode gerar resistência por parte de professores, funcionários e até mesmo das famílias, que podem não estar preparados para lidar com a diversidade e as necessidades específicas dos estudantes (Mantoan, 2015; Stainback; Stainback, 1999).

A gestão escolar deve, portanto, atuar como um agente de transformação, promovendo uma cultura escolar que valorize a diversidade e combatá todas as formas de discriminação. Isso inclui a realização de campanhas de conscientização, a promoção de debates sobre temas como racismo, sexismo e capacitismo, e a criação de espaços de diálogo e reflexão. Além disso, é fundamental que a gestão escolar invista na formação continuada dos professores e funcionários, garantindo que estejam preparados para lidar com a diversidade em sala de aula (Lück, 2009).

A articulação entre políticas públicas e práticas locais é outro desafio importante para a gestão escolar. Embora a BNCC e outras políticas públicas estabeleçam diretrizes claras para a promoção da

inclusão, a implementação dessas diretrizes no contexto local nem sempre é simples. Muitas vezes, as escolas enfrentam dificuldades para adaptar as políticas nacionais às suas realidades específicas, o que pode resultar em práticas descontextualizadas e pouco eficazes (Brasil, 2018; Libâneo, 2001).

A gestão escolar precisa, portanto, atuar como uma mediadora entre as políticas públicas e as práticas locais, garantindo que as diretrizes nacionais sejam adaptadas às necessidades e características da comunidade escolar. Isso envolve um processo de planejamento participativo, no qual todos os atores da comunidade escolar – professores, estudantes, famílias e funcionários – possam contribuir para a construção de práticas inclusivas. Além disso, é fundamental que a gestão escolar busque parcerias com órgãos públicos, organizações não governamentais e a comunidade local, garantindo que as políticas públicas sejam efetivamente implementadas (Lück, 2009).

3.5 ESTRATÉGIAS PARA PROMOVER A EQUIDADE

Para superar os desafios e promover a equidade no ambiente escolar, a gestão escolar precisa adotar estratégias eficazes que garantam a participação de todos os atores da comunidade escolar e a implementação de práticas inclusivas. Neste tópico, serão abordadas três estratégias fundamentais: o planejamento participativo e democrático, as parcerias com famílias e comunidade, e o uso de tecnologias assistivas e adaptações curriculares.

O planejamento participativo e democrático é uma estratégia essencial para promover a equidade na escola. Ele envolve a participação ativa de todos os membros da comunidade escolar – professores, estudantes, famílias e funcionários – na definição das prioridades, metas e ações da escola. Essa abordagem garante que as decisões sejam tomadas de forma coletiva, considerando as necessidades e perspectivas de todos (Lück, 2009).

O PPP é o documento que orienta as ações da escola, e sua construção deve ser um processo participativo e democrático. A gestão escolar deve promover reuniões, oficinas e consultas públicas para garantir que todos os atores da comunidade escolar possam contribuir para a definição dos objetivos e estratégias da escola. Isso inclui a incorporação dos princípios da BNCC e da Educação Inclusiva no PPP, garantindo que ele seja um instrumento efetivo de promoção da equidade (Libâneo, 2001).

Os conselhos escolares são espaços de participação democrática que permitem a todos os membros da comunidade escolar contribuir para a gestão da escola. A gestão escolar deve incentivar a formação e o funcionamento desses conselhos, garantindo que eles sejam representativos e atuantes. Isso inclui a realização de reuniões periódicas, a discussão de temas relevantes e a tomada de decisões coletivas (Lück, 2009).

As parcerias com famílias e comunidade são fundamentais para promover a equidade e a inclusão na escola. A gestão escolar deve atuar de forma proativa para envolver as famílias e a comunidade local no processo educativo, garantindo que eles sejam parceiros ativos na construção de uma escola inclusiva (Lück, 2009).

As famílias desempenham um papel crucial no processo de inclusão, e a gestão escolar deve garantir que elas estejam informadas e envolvidas nas ações da escola. Isso pode incluir a realização de reuniões, oficinas e eventos que promovam o diálogo entre a escola e as famílias. Além disso, a gestão escolar deve criar mecanismos de comunicação eficazes, como boletins informativos, redes sociais e reuniões virtuais, para manter as famílias atualizadas e engajadas (Libâneo, 2001).

A gestão escolar deve buscar parcerias com organizações locais, como associações comunitárias, ONGs e empresas, para garantir que a escola conte com os recursos e apoios necessários para a implementação de práticas inclusivas. Isso pode incluir a realização de projetos conjuntos, a oferta de cursos e workshops, e a promoção de eventos culturais e esportivos que envolvam a comunidade local (Lück, 2009).

O uso de tecnologias assistivas e adaptações curriculares é uma estratégia fundamental para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas necessidades específicas. A gestão escolar deve garantir que a escola conte com os recursos e conhecimentos necessários para implementar essas práticas de forma efetiva (Brasil, 2008; Mantoan, 2015).

As tecnologias assistivas são ferramentas importantes para garantir a participação e a aprendizagem de estudantes com deficiência. A gestão escolar deve promover a aquisição e o uso dessas tecnologias, como softwares de comunicação alternativa, recursos de audiodescrição e materiais pedagógicos adaptados. Além disso, é fundamental que os professores e funcionários estejam capacitados para utilizar essas tecnologias de forma eficaz (Brasil, 2008).

As adaptações curriculares são ajustes realizados no currículo para atender às necessidades específicas dos estudantes. A gestão escolar deve garantir que os professores estejam preparados para realizar essas adaptações, que podem incluir a modificação de conteúdos, a utilização de metodologias diferenciadas e a oferta de apoios personalizados. Além disso, é fundamental que as adaptações curriculares sejam realizadas de forma colaborativa, envolvendo os estudantes, as famílias e os profissionais de apoio (Mantoan, 2015).

4 LIÇÕES APRENDIDAS

As estratégias apresentadas neste capítulo oferecem valiosas lições sobre o que funciona e o

que precisa ser melhorado na promoção da inclusão e da equidade no ambiente escolar. Essas lições podem servir como referência para outras escolas que buscam implementar a BNCC de forma inclusiva e superar os desafios relacionados à diversidade e à inclusão. Neste tópico, serão destacados os principais aprendizados e estratégias para replicar boas práticas em diferentes realidades.

4.1 O QUE FUNCIONA

A capacitação dos professores é um fator crucial para o sucesso das práticas inclusivas. Escolas que investem em formações continuadas, abordando temas como adaptações curriculares, tecnologias assistivas e educação antirracista, tendem a apresentar melhores resultados na promoção da inclusão. A formação continuada deve ser prática, contextualizada e envolver todos os profissionais da escola, garantindo que estejam preparados para lidar com a diversidade em sala de aula (Mantoan, 2015; Lück, 2009).

A inclusão é um processo coletivo que requer a participação ativa de todos os atores da comunidade escolar – professores, estudantes, famílias e funcionários. Escolas que promovem a participação democrática, por meio de conselhos escolares, reuniões e oficinas, conseguem construir práticas inclusivas mais efetivas e sustentáveis. A participação das famílias e da comunidade local é especialmente importante para garantir o engajamento e o apoio necessários (Libâneo, 2001).

A utilização de tecnologias assistivas e a realização de adaptações curriculares são estratégias eficazes para garantir o acesso e a aprendizagem de todos os estudantes. Escolas que investem nesses recursos e capacitam os professores para utilizá-los de forma adequada conseguem atender às necessidades específicas dos estudantes, promovendo a equidade e a inclusão (Brasil, 2008).

Vale destacar que, o educador do futuro precisa ser uma figura multifacetada, atuando como guia e desenvolvendo ambientes de aprendizado inovadores, favorecendo e estabelecendo uma comunicação mais eficaz entre os estudantes. E sendo assim, o educador precisa dominar a utilização de aplicativos e outros recursos digitais para o ensino (Costa Júnior *et al.*, 2023).

4.2 O QUE PRECISA SER MELHORADO

A falta de infraestrutura e recursos adequados ainda é um desafio significativo para muitas escolas. É necessário que as políticas públicas garantam o financiamento necessário para a melhoria da infraestrutura e a aquisição de materiais pedagógicos adaptados. Além disso, as escolas devem buscar parcerias com organizações não governamentais e a comunidade local para superar essas limitações (Lück, 2009).

Apesar dos avanços, muitas escolas ainda enfrentam resistências culturais e preconceitos que

dificultam a promoção da inclusão. É fundamental que a gestão escolar promova campanhas de conscientização e atividades de sensibilização, envolvendo toda a comunidade escolar. A educação antirracista, antissexista e antidiscriminatória deve ser uma prioridade, garantindo que todos os estudantes se sintam valorizados e respeitados (Mantoan, 2015).

Nesse contexto, Costa Júnior *et al.* (2023) ressaltam a importância de os professores estabelecerem relações positivas e confiáveis com os estudantes para fomentar um ambiente favorável ao crescimento socioemocional. Eles também precisam ser aptos a reconhecer e gerenciar as emoções dos estudantes, oferecendo suporte em momentos de adversidade e promovendo o aprimoramento de competências socioemocionais.

A implementação das diretrizes da BNCC e das políticas de inclusão ainda enfrenta dificuldades de articulação com as realidades locais. É necessário que a gestão escolar atue como mediadora, garantindo que as políticas públicas sejam adaptadas às necessidades e características da comunidade escolar. Isso envolve um processo de planejamento participativo e a busca por parcerias que fortaleçam as ações locais (Libâneo, 2001).

4.3 REPLICANDO BOAS PRÁTICAS EM DIFERENTES REALIDADES

Cada escola possui uma realidade específica, e as boas práticas devem ser adaptadas para atender às necessidades e características locais. A gestão escolar deve realizar um diagnóstico participativo, envolvendo todos os atores da comunidade escolar, para identificar os principais desafios e oportunidades. Com base nesse diagnóstico, as práticas podem ser ajustadas e implementadas de forma contextualizada (Lück, 2009).

A replicação de boas práticas pode ser facilitada pela formação de redes de colaboração entre escolas, órgãos públicos e organizações não governamentais. Essas redes permitem o compartilhamento de experiências, recursos e conhecimentos, fortalecendo as ações locais e promovendo a inclusão em escala mais ampla (Libâneo, 2001).

A replicação de boas práticas deve incluir mecanismos de monitoramento e avaliação, que permitam acompanhar os resultados e realizar ajustes necessários. A gestão escolar deve promover a coleta de dados, a realização de reuniões periódicas e a análise de indicadores de desempenho, garantindo que as práticas sejam efetivas e sustentáveis (Lück, 2009).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, discutimos a relação entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Educação Inclusiva e o papel da gestão escolar na promoção da equidade. A BNCC, como documento normativo, estabelece diretrizes para uma educação que valoriza a diversidade e promove a inclusão, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a conhecimentos, competências e habilidades essenciais para o seu desenvolvimento integral. No entanto, a implementação dessas diretrizes depende, em grande medida, da atuação da gestão escolar, que assume um papel central na mediação entre as políticas públicas, as práticas pedagógicas e as necessidades da comunidade escolar.

A Educação Inclusiva foi apresentada como um paradigma educacional que busca romper com as barreiras históricas de exclusão no ambiente escolar. Ela não se limita à inclusão de pessoas com deficiência, mas abrange todas as formas de diversidade, promovendo o respeito às diferenças e o combate a todas as formas de discriminação. A gestão escolar, nesse contexto, foi destacada como um agente fundamental para garantir a efetivação dos princípios da inclusão, por meio de ações como a elaboração de projetos político-pedagógicos inclusivos, a garantia de recursos e infraestrutura adequados, e a promoção de uma cultura escolar que valorize a diversidade.

A BNCC representa um avanço significativo para a educação brasileira ao estabelecer diretrizes comuns que orientam a elaboração dos currículos escolares em todo o país. Sua ênfase na diversidade e na inclusão reforça o compromisso com uma educação que garanta o direito à aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas características individuais, sociais ou culturais. No entanto, a implementação dessas diretrizes depende da atuação estratégica da gestão escolar, que deve garantir que as práticas pedagógicas estejam alinhadas aos princípios da BNCC e da Educação Inclusiva.

A gestão escolar, por sua vez, assume um papel crucial na promoção da equidade e da inclusão. Ela é responsável por criar as condições necessárias para que as práticas inclusivas sejam efetivamente implementadas, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade. Isso envolve a articulação de políticas públicas, a garantia de recursos e infraestrutura adequados, a formação continuada dos professores e a promoção de uma cultura escolar inclusiva. A liderança do gestor é, portanto, essencial para garantir que a escola seja um espaço de acolhimento, respeito e aprendizagem para todos.

Apesar dos avanços significativos na promoção da equidade e da inclusão no ambiente escolar, ainda há muito a ser feito para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade. Um dos principais desafios é a garantia de recursos e infraestrutura adequados, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. Políticas públicas que priorizem o financiamento da educação inclusiva e a melhoria das condições das escolas são essenciais para superar

essas limitações. Além disso, é fundamental que as escolas busquem parcerias com organizações não governamentais e a comunidade local, garantindo que os recursos necessários estejam disponíveis.

Outro ponto crítico é a formação continuada dos professores e gestores, que ainda enfrentam dificuldades para lidar com a diversidade em sala de aula. Investir em formações práticas e contextualizadas, que abordem temas como adaptações curriculares, tecnologias assistivas e educação antirracista, é essencial para garantir que os profissionais da educação estejam preparados para promover a inclusão. Além disso, é necessário que as formações sejam acessíveis e contínuas, acompanhando as mudanças e demandas do contexto educacional.

A sensibilização e o combate ao preconceito também são áreas que demandam atenção contínua. A gestão escolar deve promover campanhas de conscientização e atividades de sensibilização, envolvendo toda a comunidade escolar. A educação antirracista, antissexista e antidiscriminatória deve ser uma prioridade, garantindo que todos os estudantes se sintam valorizados e respeitados. Além disso, é fundamental que a gestão escolar promova espaços de diálogo e reflexão, onde os estudantes possam expressar suas experiências e contribuir para a construção de uma cultura escolar inclusiva.

A gestão escolar continuará desempenhando um papel central na promoção da equidade e da inclusão no futuro. Como mediadora entre as políticas públicas e as práticas locais, a gestão escolar deve garantir que as diretrizes da BNCC e das políticas de inclusão sejam adaptadas às necessidades e características da comunidade escolar. Isso envolve um processo de planejamento participativo, no qual todos os atores da comunidade escolar – professores, estudantes, famílias e funcionários – possam contribuir para a construção de práticas inclusivas.

Além disso, a gestão escolar deve atuar como um agente de transformação, promovendo uma cultura escolar que valorize a diversidade e combatá todas as formas de discriminação. Isso inclui a realização de campanhas de conscientização, a promoção de eventos culturais e a criação de espaços de diálogo e reflexão. A liderança do gestor é, portanto, essencial para garantir que a escola seja um espaço de acolhimento, respeito e aprendizagem para todos.

A BNCC e a Educação Inclusiva representam avanços significativos para a educação brasileira, ao estabelecer diretrizes que promovem a equidade e a valorização da diversidade. No entanto, a implementação dessas diretrizes depende da atuação estratégica da gestão escolar, que assume um papel central na mediação entre as políticas públicas, as práticas pedagógicas e as necessidades da comunidade escolar.

A gestão escolar, como agente transformador, é responsável por garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas características

individuais, sociais ou culturais. Isso envolve a garantia de recursos e infraestrutura adequados, a formação continuada dos professores, a promoção de uma cultura escolar inclusiva e a articulação de políticas públicas com as realidades locais.

A relevância do tema da inclusão e da equidade na educação é inquestionável, especialmente em um contexto marcado por profundas desigualdades sociais e educacionais. A gestão escolar, ao assumir um papel ativo na promoção da inclusão, contribui para a construção de uma educação mais justa e equitativa, alinhada aos princípios da BNCC e da Educação Inclusiva. O papel transformador da gestão escolar é, portanto, essencial para garantir que a escola seja um espaço de acolhimento, respeito e aprendizagem para todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em: 28 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2025.

COSTA JÚNIOR, J. F. *et al.* As competências do professor na educação 4.0: o papel das inteligências artificiais na formação docente. RECHSO - Revista Educação, Humanidades e Ciências Sociais, V. 07. N.13, p. 01–19, 2023. DOI <https://doi.org/10.55470/rechso.00090>. Disponível em: <https://periodicos.educacaotransversal.com.br/index.php/rechso/article/view/90>. Acesso em: 03 fev. 2025.

COSTA JÚNIOR, J. F. Educação 4.0: Competências e habilidades do professor na era digital. Tembikuaty Rekávo (TAR): Ciencia, Tecnología Y Educación UTIC, v. 2, n.1, 223-252. 2023. Disponível em <http://www.utic.edu.py/revista.tembikuatyrekavo/index.php/revistas/article/view/23>. Acesso em: 22 fev. 2025.

COSTA JÚNIOR, J. F. *et al.* O professor do futuro: habilidades e competências necessárias para atuar em uma sociedade em mudança. RECHSO - Revista Educação, Humanidades e Ciências Sociais, V. 07. N.13, p. 01–19, 2023. DOI <https://doi.org/10.55470/rechso.00072>. Disponível em: <https://periodicos.educacaotransversal.com.br/index.php/rechso/article/view/72>. Acesso em: 03 fev. 2025.

LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

LÜCK, H. Dimensões da gestão escolar. Petrópolis: Vozes, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus Editorial, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Doc. A/61/611, Nova Iorque, 13 dez. 2006.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.